

Aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e três minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

O Sr. Vereador Jorge Manuel Lampreia Patrício, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Manuel Joaquim Pisco Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa das prestações de serviço realizadas no mês de junho de 2017, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Penso que ainda não está marcada a reunião de trabalho sobre a questão das acessibilidades na Urbisado de que tínhamos falado na última reunião. Queria saber como isso está.

Outra questão, como é evidente e não podia deixar de ser, é a notícia do jornal sobre o chumbo do Tribunal de Contas ao empréstimo. Pergunto o que há a dizer sobre esta matéria, porque até agora pouco sei, ou nada, só o que está na comunicação social.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Efetivamente temos grandes dúvidas sobre a notícia que saiu na comunicação social, bem como sobre o acórdão que, entretanto, saiu sobre a recusa do visto do empréstimo. Basicamente aquilo que gostávamos de ouvir é qual é a posição da Câmara Municipal de Setúbal. Sei que saiu na comunicação social e que vão recorrer da decisão, o que é expectável, mas vão recorrer rebatendo o quê? Pelo que vem no acórdão são duas ou três questões muitas taxativas. Estando o Município num Contrato de Reequilíbrio Financeiro não poderá recorrer a empréstimos para o mesmo fim. Sobre a questão dos fundos disponíveis há lá afirmações fortes, quando se fala de ilegalidades. O Partido Socialista tem votado muitas propostas com base naquilo que é assegurar-nos que os fundos disponíveis existiam, mas isto deixa-nos desconfortáveis, como é óbvio, portanto, gostávamos de ter informação adicional sobre o que é que a Câmara pretende fazer e quais são os pontos a rebater.

Sr. Vereador Fernando José – Não iria dizer todos os dias, mas penso que pelo menos duas vezes por semana o Serviço de Informação da Câmara prepara *clips* sobre aquilo que vai saindo na comunicação social e que tem a ver com a Câmara Municipal de Setúbal. Essa informação, recortes de jornal e também artigos de opinião, são escolhidos e depois enviados a todos os trabalhadores da Câmara. É um *email* enviado, e que também recebo enquanto vereador nesta câmara, com a informação daquilo que sai na comunicação social. A pergunta que queria fazer à Sra. Presidente e para a qual espero obter resposta é sobre quais os critérios utilizados pelo serviço para a escolha dessas notícias. É que ainda recentemente houve um artigo de opinião do Sr. Vice-Presidente que saiu e foi divulgado por todos os trabalhadores da Câmara. Acho muito bem, pois foi um artigo de opinião de um vereador da Câmara. Não só durante este mandato, mas também durante o mandato anterior, vários artigos de opinião saíram sobre os vereadores da Câmara que não da maioria CDU e nunca esses artigos de opinião foram divulgados pelos trabalhadores. Relativamente às notícias que vão saindo e que têm a ver com a Câmara Municipal de Setúbal, muitas têm sido as intervenções, propostas, críticas feitas pela oposição, e que vão sendo divulgadas na nossa comunicação social. Aquilo que pergunto, Sra. Presidente, é porque é que também essas notícias não são divulgadas, quais são os critérios que estão na base da escolha desses artigos de opinião e notícias que são colecionadas pelo menos duas vezes por semana e que são enviadas depois, internamente, na Câmara.

Sr. Vice-Presidente – Sr. Vereador Luís Rodrigues, relativamente ao que acordámos na última reunião de câmara foi de nos reunirmos. Naturalmente entendo que os Srs. Vereadores não estando aqui a tempo inteiro como eu, deveriam manifestar a vossa disponibilidade em termos de agenda para marcarmos a reunião para quando for possível da vossa parte. Foi o que entendi. A reunião só não aconteceu, porque nos serviços do urbanismo não foi recebida nenhuma iniciativa no sentido de manifestarem a vossa disponibilidade para a realização da

reunião. Mesmo que eu, por qualquer razão, não pudesse estar presente e como já tem acontecido noutras vezes, os serviços técnicos, designadamente os responsáveis por esse trabalho, no fundo é a questão levantada, naturalmente que estariam disponíveis para prestar esclarecimentos. Foi esse o meu entendimento e mantém-se.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não entendi isso, mas é fácil de resolver rapidamente, se quiser marcar para amanhã ou para sexta-feira veja com os seus serviços e diga-nos a hora. Se não podermos naquela hora vamos acordar. Penso que o Partido Socialista fará o mesmo.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Já que estamos em marcação de agenda, amanhã é a apresentação dos candidatos às juntas de freguesia do Partido Socialista e não estarei disponível, mas sexta-feira ou para qualquer dia da próxima semana estaremos. Aliás, o entendimento com que ficámos foi que iria propor uma ou duas datas e depois iríamos conciliar. Nunca ficou, em caso algum, o assento que seríamos nós a ter que solicitar a reunião, aliás, a reunião foi solicitada no decorrer da reunião de câmara, e, portanto, acho que neste momento deve ser o Sr. Vice-Presidente a marcar a data e a hora.

Sr. Vice-Presidente – Irei verificar com os serviços e para a semana será marcada a reunião.

Sra. Presidente – Em relação às questões das acessibilidades o Sr. Vice-Presidente já respondeu. Relativamente ao chumbo do saneamento financeiro, que é diferente do empréstimo, há questões que o Tribunal não concorda e há questões em que nós discordamos daquela opinião. Naturalmente vamos fazer recurso, mas não vamos dizer aqui exatamente quais são os pontos que vamos debater, porque os nossos pontos de vista e os dos advogados serão feitos em recurso próprio. Não vamos dizer aqui, na reunião, o que é que vai ser rebatido, ou deixa de ser.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Se calhar andamos aqui “às aranhas”, porque o Sr. Vereador do PS diz que tem um acórdão que deve ser público. Não conheço e não vi, e gostaria de saber se existe e é público.

Sra. Presidente – Isso existe e é público.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Então gostaria que me fizessem chegar isso o mais rápido possível.

Sra. Presidente – Está publicado no *site* do Tribunal de Contas.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Mas se me puderam fazer chegar agradeço. Só depois de conhecer isso é que posso falar, porque fui apanhado pela comunicação social.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não vou insistir nas questões a rebater, mas sim numa situação que para nós que estamos aqui com responsabilidades a votar algumas propostas nos preocupa, designadamente a questão que diz ao acórdão de existirem ilegalidades e que têm a ver com fundos disponíveis que condicionam o futuro próximo. É lógico que a Câmara recorra a outras instâncias, como é óbvio, mas andámos neste mandato a aprovar propostas em que não havia informação sobre os fundos disponíveis. Na proposta que apresentaram, em 2016, assumem de alguma forma, porque fizeram este empréstimo para ter fundos disponíveis de forma retroativamente e no valor de 15 milhões de euros. O Tribunal vem agora com uma decisão e a Câmara vai recorrer, muito bem, mas a pergunta que acho legítima neste momento é se a Câmara tem fundos disponíveis, ou não? É só isso que quero que me diga.

Sra. Presidente – A Câmara tem fundos e agora vamos fazer o recurso.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não li o acórdão, e não é por aí, mas é uma questão importante. Aquilo que vou perguntar acho até que já teve resposta, mas tenho que perguntar porque o Tribunal de Contas, e até diz no jornal, recusou vistos de contratos de empréstimos, ou seja não há empréstimos. A minha pergunta é se por acaso a câmara utilizou alguma parte desses 15 milhões, ou não?

Sra. Presidente – Vamos deixar-nos de brincadeiras, já respondi a isto e chega!

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não brinco com coisas destas e nem em fóruns como este, a minha pergunta é muito clara, não estou a dizer que a Sra. Presidente gastou dinheiro, mas sim a perguntar se já utilizou parte deste “bolo”.

Sra. Presidente – O Sr. Vereador só pode estar a brincar comigo! Se não temos os 15 milhões e não temos autorização para os pedir como é que gasto o dinheiro que não tenho? Não cometemos ilegalidades!

Sobre os artigos de opinião em relação aos trabalhadores da Câmara, foi feita a distribuição de um artigo de opinião do Sr. Vice-Presidente e eu não dei por isso, tenho de ir saber junto do SMCI o que é que se passou, mas não é verdade que de 15 em 15 dias, ou pelo menos não é essa a orientação, que se pegue no trabalho da Câmara para se dar divulgação aos trabalhadores, até porque os trabalhadores conhecem bem o trabalho da Câmara, o site e o Facebook onde está permanentemente o trabalho da Câmara.

Sr. Vereador Fernando José – Não fui isso que perguntei!

Sra. Presidente – Mas já está tudo respondido.

Sr. Vereador Fernando José – Respondeu ao que não perguntei, isto é um *deficit* democrático!

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu a seguinte saudação “Campeonato de Biatle/Triatle”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

“Saúda-se os atletas setubalenses participantes nos Campeonatos Europeus de Triatle/Biatle realizados, no passado fim de semana na cidade de Setúbal.

António Eusébio Camacho, 62 anos sagrou-se campeão europeu no escalão Master 60. Foi campeão nacional e europeu de Biatle e 3.º classificado no europeu de Triatle.

Isabel Maldonado, 53 anos sagrou-se campeã nacional de 10 Km estrada e foi vice-campeã europeia de Triatle moderno em master 50.

Mário Paixão, 60 anos foi vice-campeão nacional de Biatle em master 60.

A Câmara Municipal de Setúbal, reconhece o mérito desportivo destes atletas setubalenses em representação das cores nacionais.”

Submetida a votação foi a saudação, aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte saudação “Hélio Sousa”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

“O treinador setubalense Hélio Sousa continua a destacar-se no panorama do futebol internacional. Depois de conquistar o título de Campeão da Europa de Sub-17 como técnico principal da seleção nacional daquele escalão jovem, este embaixador de Setúbal volta agora a mostrar as suas capacidades como treinador ao conquistar o segundo lugar do campeonato europeu de futebol de sub-19.

Hélio Sousa, que foi, no ano passado, também Embaixador de Setúbal - Cidade Europeia do Desporto, um merecido reconhecimento da Câmara Municipal e do concelho pelo seu qualificado trabalho, nasceu em Setúbal e esteve sempre ligado ao Vitória Futebol Clube.

No clube da sua cidade, Hélio jogou na equipa sénior entre 1987 e 2005, depois de ter passado pelos escalões jovens, entre 1981 e 1986.

Enquanto jogador, já tinha conquistado um título internacional, o de Campeão do Mundo, em Riade, na Arábia Saudita, em 1989.

Integrou várias vezes as seleções nacionais jovens e foi internacional A. No período em que, como profissional, jogou no Vitória de Setúbal, conquistou uma Taça de Portugal e foi finalista por mais uma vez.

Agora como treinador das seleções jovens, lugar que ocupa desde 2010, volta ao topo da Europa, levando a equipa portuguesa de sub-19 ao podium do campeonato europeu de futebol deste escalão.

A Câmara Municipal saúda o embaixador de Setúbal Hélio de Sousa por mais este sucesso e deseja-lhe a continuação do excelente trabalho que tem realizado nestes escalões do futebol nacional."

Sr. Vereador Fernando Paulino – Naturalmente que o PS se associa a esta saudação ao atleta setubalense, vitoriano de sempre, e é também este o verdadeiro embaixador da cidade de Setúbal e que leva o nome da nossa cidade a todos os cantos do mundo, enquanto jogador de futebol e agora como selecionador.

Submetida a votação foi a saudação, aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar "Carla Marie Jeanne", ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 11:

"Carla Marie Jeanne, Presidente do Centro Cultural Africano, deixou-nos no dia 17 de julho, com a idade de 58 anos. A sua ausência deixa a comunidade e Setúbal, mais pobres.

A Carla era uma ativista pelos direitos a uma vida digna para toda a comunidade que a rodeava. O Centro Cultural a que presidiu, é um local onde a Humanidade se sobrepõe às dificuldades das pessoas.

A Carla devolvia dignidade e orgulho a todos os que por lá passavam. A Carla trazia todas essas famílias no coração, conhecia-lhes as casas e os problemas como ninguém e lutava por elas como "uma Leoa". Lutava junto de políticos, junto de instituições nacionais e internacionais, lutava nos jornais e conferências onde falava...lutava mesmo doente, lutou até ao fim.

Numa sala de formação tinha fotos e cartas de todos os que tinham conseguido ser bem-sucedidos nas suas vidas, e falava deles com o orgulho de uma mãe e como exemplo para todos os que por ali passavam...para que pudessem sempre acreditar que todos os seus sonhos não eram impedidos pelo lugar onde tinham nascido.

O que mais recordamos na Carla, era a sua energia e a sua vontade de fazer sempre mais, a sua capacidade de liderança, de incutir esperança e força, para enfrentar de cabeça levantada as suas dificuldades.

Era uma Mulher com uma alegria contagiante pela vida, sempre pronta a ouvir e ajudar, mas também a fazer-se ouvir mais longe, para ajudar mais.

Todos os que tiveram a sorte de a conhecer jamais ficaram indiferentes à sua garra, à sua frontalidade e luta, pois as suas causas foram justas, foram nobres, foram e são necessárias.

Que a sua voz se mantenha sempre viva e que as suas ações sejam continuadas e perdurem no tempo.

Aos familiares da Carla Marie Jeanne e ao Centro Cultural Africano, neste momento de perda e dor, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames."

Submetido a votação foi o voto de pesar, aprovado por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar "Carla Marie Jeanne", ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 12:

"A Câmara Municipal de Setúbal lamenta o falecimento, no dia 17 de julho, de Carla Marie Jeanne, presidente do Centro Cultural Africano, associação setubalense que se destaca no apoio à comunidade africana residente em Setúbal e, em particular, no bairro da Bela Vista. Na associação que fundou em 1996, Carla Marie Jeanne, nascida em Moçambique a 4 de abril de 1959, foi uma cidadã ativa na promoção das questões interculturais e de solidariedade entre povos. No Centro Cultural Africano trabalhou em parceria com outras associações congéneres em matérias como o combate ao racismo e os direitos políticos dos imigrantes. Foi também uma parceira da Câmara Municipal de Setúbal nas atividades multiculturais promovidas pelo município. À família enlutada a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames."

Submetido a votação foi o voto de pesar, aprovado por unanimidade e em minuta.

Nesta altura foi feito um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 21 de junho de 2017.**
 - 2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 05 de julho de 2017.**
 - 3. Deliberação n.º 251/17 – Proposta n.º 16/2017 – GAP – Protocolo sobre a Igreja de Jesus entre a Diocese de Setúbal e o Município de Setúbal.**
 - 4. Deliberação n.º 252/17 – Proposta n.º 17/2017 – GAP – Ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e o Município de Setúbal.**
 - 5. Deliberação n.º 253/17 – Proposta n.º 18/2017 – GAP – Empreitada "Requalificação Urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo" – Ratificação de despacho de adjudicação.**
 - 6. Deliberação n.º 254/17 – Proposta n.º 61/2017 – DAFRH/DIGEF – 6.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipais e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 7. Deliberação n.º 255/17 – Proposta n.º 22/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição e alteração de topónimos.**
 - 8. Deliberação n.º 256/17 – Proposta n.º 23/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo.**
 - 9. Deliberação n.º 257/17 – Proposta n.º 24/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo.**
 - 10. Deliberação n.º 258/17 – Proposta n.º 25/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos.**
 - 11. Deliberação n.º 259/17 – Proposta n.º 26/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo.**
 - 12. Deliberação n.º 260/17 – Proposta n.º 27/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo.**
 - 13. Deliberação n.º 261/17 – Proposta n.º 28/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo.**
 - 14. Deliberação n.º 262/17 – Proposta n.º 29/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo.**

15. *Deliberação n.º 263/17 – Proposta n.º 30/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Correção do limite do arruamento denominado Estrada do Vale da Rosa.*
 16. *Deliberação n.º 264/17 – Proposta n.º 31/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos.*
 17. *Deliberação n.º 265/17 – Proposta n.º 32/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Não sujeição da proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Setúbal – Espaços culturais e Naturais/Áreas de Quintas de Setúbal e Azeitão (Quintas dos Arcos e de St.º António do Galvão), ao procedimento de avaliação ambiental e abertura do período de discussão pública.*
 18. *Deliberação n.º 266/17 – Proposta n.º 33/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial propriedade da Coca-Cola European Partners Portugal, Unipessoal, Lda., sito em Quinta da Salmoura, União de Freguesias de Azeitão, concelho de Setúbal, ao abrigo do artigo 5.º, do D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro.*
 19. *Deliberação n.º 267/17 – Proposta n.º 20/2017 – DOM – Empreitada “Requalificação da Envolvente do Convento de Jesus” – Abertura de concurso público.*
 20. *Deliberação n.º 268/17 – Proposta n.º 21/2017 – DOM/SMHAB – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” – Protocolo de cedência de sala autónoma com a área de 9 m2, sita na Rua João Augusto Rosa, n.º 7 – Manteigada.*
 21. *Deliberação n.º 269/17 – Proposta n.º 22/2017 – DOM/SMHAB – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” – Protocolo com a Associação Circuito Explosivo para apoio à implementação de estúdio de som e vídeo na Bela Vista.*
 22. *Deliberação n.º 270/17 – Proposta n.º 62/2017 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 1/17 – DAFRH/DIRH-CM, contra Cláudia Marinela Nunes dos Santos.*
 23. *Deliberação n.º 271/17 – Proposta n.º 111/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
 24. *Deliberação n.º 272/17 – Proposta n.º 112/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Derivastatus – Associação pela coorganização do Eurovision Live Concert e do Arrábida Camp 2017.*
 25. *Deliberação n.º 273/17 – Proposta n.º 113/2017 – DCED/DICUL/GAJUVE – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Voluntári Cooperativa de Solidariedade Social, CRL..*
 26. *Deliberação n.º 274/17 – Proposta n.º 114/2017 – DCED/SMBM – Doação – Museus Municipais.*
- C) *Período Destinado à Intervenção do Público.*

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 21 de junho de 2017

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Fernando Paulino e Sandra Gomes, por não terem estado presentes nesta reunião.

2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 05 de julho de 2017

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto da Sra. Vereadora Carla Guerreiro, por não ter estado presente nesta reunião.



3. Deliberação n.º 251/17 – Proposta n.º 16/2017 – GAP – Protocolo sobre a Igreja de Jesus entre a Diocese de Setúbal e o Município de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 14 e 15, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 252/17 – Proposta n.º 17/2017 – GAP – Ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e o Município de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 16 a 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 253/17 – Proposta n.º 18/2017 – GAP – Empreitada “Requalificação Urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo” – Ratificação de despacho de adjudicação

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 20 a 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

6. Deliberação n.º 254/17 – Proposta n.º 61/2017 – DAFRH/DIGEF – 6.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipais e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 23 a 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

7. Deliberação n.º 255/17 – Proposta n.º 22/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição e alteração de topónimos

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30.

Sr. Vereador Paulo Lopes – O PS solicitou cópia da ata da Comissão de Toponímia, mas não nos foi entregue. Obviamente não temos nada contra, mas a junta de freguesia quando propôs os primeiros nomes pelos vistos não ouviu os residentes, senão estes tinham-se manifestado na altura contra o nome inicial. Afinal é do que estamos aqui a falar, revoltaram o nome de uma rua com a qual os moradores se identificavam. Queria ver a ata exatamente para perceber como é que chegou ao nome inicial. Pelos vistos, a junta não falou com ninguém ali da zona.



Sr. Vice-Presidente – Sobre esta questão não tenho nada a acrescentar, mas penso que não há ali muitos moradores, como é fácil perceber. Provavelmente depois dessa conformidade, quando foram atribuídos os depoimentos através de proposta da junta de freguesia, certamente alguns dos moradores, que não sei se na altura tinham residências de segunda habitação, ou não, já que estamos a falar de Azeitão, foi a pedido dos moradores que se fez a alteração. Penso que é um processo normal tendo em conta a situação em que vivemos. Não é nada de extraordinário, do que conheço, relativamente à zona e estas situações.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 256/17 – Proposta n.º 23/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 257/17 – Proposta n.º 24/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 258/17 – Proposta n.º 25/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Sra. Presidente, entendemos que a toponímia deve ser ligada a um evento, a um facto histórico, a personalidades ou nomes pelos quais as pessoas historicamente se relacionam com o local. Várias vezes aqui falamos da dificuldade que existe em encontrar ruas disponíveis para poder dar o nome de pessoas que aqui consideramos importantes e até recomendamos para serem atribuídos. Depois somos confrontados com nomes de ruas que não fazem muito sentido e podíamos dar outra nobreza. Há até uma que é a Rua da Giesta e qualquer dia já não há nomes de flores para dar a tantas ruas. Vamos votar favoravelmente, mas entendemos que, se calhar, este caminho não é o que todos nós queríamos e que seria dar nomes de locais ou pessoas que de facto enobreceram, ou enobrecem, a cidade, o concelho e a região. Em termos futuros ficaria mais assertiva a escolha de nomes com mais impacto do que nomes de flores. Rua do Tojo ou Rua da Esteva, não me parece significativo e é por isso que queria consultar a ata, também para saber o que foi discutido. Essa ata não nos foi entregue.

Sr. Vice-Presidente – A Comissão de Toponímia é constituída por representantes das forças políticas e por algumas figuras da cidade reconhecidamente conhecedoras de questões ligadas à toponímia e tem um regulamento. Quando participo há a ponderação sobre várias questões e além disso tem também a participação dos presidentes de todas as freguesias. Tenho participado e dirigido a comissão, e do que posso avaliar é que praticamente todas as propostas que são apresentadas são aprovadas por unanimidade. Isto não quer dizer que não

haja discussão ou chamada de atenção para alguns critérios, etc... O que está em causa é uma proposta que foi apresentada pela Junta de Freguesia de Azeitão e que foi aprovada por unanimidade. Em várias freguesias do concelho existem propostas de nomes de espécies vegetais, frutos, etc... Em Azeitão há um conjunto significativo de atribuição de topónimos com este tema e isso tem a ver com as características dos próprios arruamentos. Quem conhece esta zona sabe que, provavelmente, cada um destes arruamentos tem várias quintas envolventes e tem cinco ou seis habitações. Portanto, a questão que se coloca é que a comissão tem uma lista bastante significativa de nomes de personalidades da cidade e do concelho. A questão é se a Comissão de Toponímia entende, ou não, que as personalidades que estão nesta lista devem ter o seu nome atribuído àqueles arruamentos. Naturalmente que a opinião de cada um é livre e deve-se expressar, agora é importante que tenhamos em conta do que é que estamos a falar, mas a listagem de nomes que já é bastante significativa.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não vejo qualquer problema em atribuir nomes de flores ou de plantas a este tipo de arruamentos. De alguma maneira isto é uma coisa que quase nunca aconteceu, eu estar de acordo com o Sr. Vice-Presidente nestes casos e com algumas palavras que aqui nos trouxe.

Também concordo num aspeto com o Sr. Vereador Paulo Lopes, de chamar à atenção, e bem, para muitos nomes que aqui aprovámos para futuramente colocar nalguns arruamentos do concelho e que ainda estão à espera. Mas também percebo, e lembrei-me agora de três personalidades que já desapareceram: Álvaro Cunhal, Mário Soares e Sá Carneiro. Estou a dar um exemplo, mas imagine-se que se calhar era alguma rua destas, mas é evidente que a Comissão de Toponímia quando puder e dentro dos critérios de bom senso, como é evidente, deve aproveitar tudo aquilo que já aprovámos ao longo dos anos e que ainda estão à espera. Esta chamada de atenção é muito clara e acho muito bem.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 259/17 – Proposta n.º 26/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 260/17 – Proposta n.º 27/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 261/17 – Proposta n.º 28/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Se tivessem dado o nome de flor, se calhar tinha havido unanimidade porque é o Largo da Paz, mas não sabemos porque não temos a ata. Peço aos

serviços que realmente me façam chegar a ata, mesmo *a posteriori* de aprovar, gostava de perceber o que aconteceu nesta reunião.

Sr. Vice-Presidente – Penso que a Comissão de Toponímia pela constituição que tem e porque foi nomeada pelos grupos políticos representados na Assembleia Municipal, e por outras personalidades da cidade, deve merecer maior respeito por parte dos Srs. Vereadores. A proposta que aqui está veio da Cáritas Diocesana de Setúbal e tinha duas sugestões: uma era Largo da Paz e a outra era o Largo da Oliveira. Não era uma flor, mas sim uma planta. Tem razão de ser assim e está justificado na proposta que foi apresentada à comissão. Creio que se justifica esta minha intervenção face à forma como algumas intervenções aqui foram feitas.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Ninguém desrespeitou a Comissão de Toponímia, os vereadores é que foram desrespeitados, pediram em tempo útil a ata da reunião e não foi cedida. O Sr. Vice-Presidente está a dizer que havia dois nomes porque sabe, mas nós não e porque não recebemos a ata. Tem tudo a ver com a informação ser cedida, ou não, não é nada contra as pessoas que lá estão, nem com aqueles que participaram, mas apenas para saber o que se passou lá. É tão simples quanto isso. É apenas informação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O Sr. Vereador Paulo Lopes fez um ar muito jocoso para os nomes, e não foi por falta de ata! Acho que isso é que não se aceita.

Já vivi na Praceta das Tulipas e na Rua das Camélias, e agora vivo na Praceta Mestre de Avis. As designações são designações porque têm uma fundamentação qualquer. Já vivi também numa urbanização em que todas as ruas tinham nomes de flores, porque na tradição de há umas décadas ou séculos atrás era uma zona de produção de flores. Quando as pessoas propõem os nomes é com idoneidade e tem de haver respeito. Compreendo que não tem e gostaria de ter a ata, mas outra coisa é gozar com os nomes. Assim sendo faça o favor de corrigir isso, porque os nomes são propostos por pessoas idóneas. Por exemplo, temos a Praça do Morango em Azeitão porque aquilo era uma zona de produção de morangos, etc., há uma lógica nas coisas. O Sr. Vereador, tendo em atenção que a Comissão de Toponímia é constituída por pessoas muito idóneas, não pode estar a brincar com essas coisas. Registo a falta da ata, mas não goze com isso.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 262/17 – Proposta n.º 29/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 263/17 – Proposta n.º 30/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Correção do limite do arruamento denominado Estrada do Vale da Rosa

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 264/17 – Proposta n.º 31/2017 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 265/17 – Proposta n.º 32/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Não sujeição da proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Setúbal – Espaços culturais e Naturais/Áreas de Quintas de Setúbal e Azeitão (Quintas dos Arcos e de St.º António do Galvão), ao procedimento de avaliação ambiental e abertura do período de discussão pública

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42.

Sr. Vice-Presidente – Como é do vosso conhecimento trata-se de um processo de alteração ao Plano Diretor Municipal no sentido de viabilizar novos investimentos em duas quintas do concelho, a Quinta dos Arcos e a Quinta de Santo António do Galvão. Este processo foi despoletado pela deliberação n.º 254/2015 da Câmara Municipal de Setúbal, de 19 de agosto. Ao longo deste processo da alteração do PDM naturalmente que os serviços municipais dialogaram com a CCDR-LVT e após essas comparações sugeriu esta que a alteração ao PDM se fizesse apenas por uma alteração de carácter regulamentar e ajustando os usos, os índices e os parâmetros urbanísticos aplicáveis às áreas das quintas, por forma a permitirem a viabilização de investimentos concretos e devidamente consolidados. Este processo decorreu, a Câmara fez as propostas de alteração e foi realizada a conferência procedimental em que participaram as várias entidades que tinham de se pronunciar sobre esta matéria. As várias entidades emitiram parecer favorável com algumas considerações e recomendações, designadamente da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e que foi a única que emitiu um parecer desfavorável. Nesta sequência, no dia 23 de junho de 2017, houve uma reunião de concertação entre a Câmara Municipal e a direção regional, mantendo esta a posição inicial e a Câmara também. Portanto, cumpriu-se aquilo que estabelece a legislação sobre esta matéria. Portanto, considera-se que neste momento, estão reunidas as condições para que a Câmara delibere iniciar o procedimento de discussão pública e que assim seja dado cumprimento a este processo de viabilização dos investimentos que estão previstos para a Quinta dos Arcos e a Quinta de Santo António do Galvão.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Quer neste processo quer no próximo vou-me abster exatamente pela questão política. Não é nada de novo, e não tem a ver com quem são os responsáveis, mas quem tem a responsabilidade de elaborar, ratificar e publicar o que tem a ver com o PDM. Independentemente da bondade a que está aqui em causa, também no processo do fabricante da Coca-Cola, vou-me abster.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 5 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD/CDS

18. Deliberação n.º 266/17 – Proposta n.º 33/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial propriedade da Coca-Cola European Partners Portugal, Unipessoal, Lda., sito em Quinta da Salmoura, União de Freguesias de Azeitão, concelho de Setúbal, ao abrigo do artigo 5.º, do D.L. n.º 165/2014, de 5 de novembro

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 a 51.

Sr. Vice-Presidente – Este procedimento obedece, como em vários casos que vieram já a reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, ao Decreto-Lei n.º 165/2014. Este permite, com carácter extraordinário, o regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes que não disponham de título válido de instalação, de exploração, ou de exercício de atividade. Isto incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. No caso em concreto, como sabemos, trata-se de uma fábrica em que apenas alguns dos edifícios estão regularizados, de acordo com o PDM, e esta indústria necessita de regularização da sua atividade junto do IAPMEI. Dado os investimentos que o grupo multinacional pretende fazer nesta fábrica, de ser a única fábrica que fica a produzir na Península Ibérica, isto significa avultados investimentos. Penso que nos devemos regozijar por este facto, do grupo ter optado assim. A administração desta fábrica situava-se em Espanha e não em Portugal, e tendo em conta os resultados da própria fábrica o grupo entendeu fazer o investimento em Setúbal. Neste sentido e com este objetivo a fábrica tem a necessidade de ter a sua atividade regularizada, incluindo os novos investimentos a fazer junto do IAPMEI. Para esse efeito recorre exatamente a esta prerrogativa que este decreto-lei lhe permite. A primeira questão para iniciar este processo, como todos os outros que já têm aqui passado, requer uma declaração de interesse público por parte da Assembleia Municipal e é isto que se pretende, que a Câmara envie à Assembleia Municipal para deliberar sobre a declaração de interesse público desta empresa. Queria recordar que reconhecendo que esta situação de algumas construções que estão regularizadas, designadamente a ETAR da fábrica, que a empresa desde 2015 e num entendimento com a Câmara, desencadeou-se um processo de elaboração de um plano de pormenor que está a decorrer e está em fase final. É um plano de pormenor em que a empresa, com outros investidores da área da Quinta da Salmoura, em Azeitão, entendeu fazer uma parceria para contratar um gabinete técnico. Esses gabinetes em conjunto com os técnicos da Câmara têm trabalhado na elaboração do plano de pormenor. A informação que tenho é que isto está praticamente em fase final, mas mesmo assim, como sabemos, os procedimentos depois da elaboração do plano de pormenor, levarão ainda algum tempo. Por isso, dada a urgência da empresa em adquirir esta viabilidade de licenciamento junto do IAPMEI, pretende utilizar este procedimento para ganhar tempo. Assim não se coloca em causa a realização do plano de pormenor que virá regularizar todas as construções que não estão regularizadas e a permitir também fazer os investimentos que estão previstos para que a fábrica tenha então a dimensão e a capacidade produtiva para a Península Ibérica.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS



19. Deliberação n.º 267/17 – Proposta n.º 20/2017 – DOM – Empreitada “Requalificação da Envolvente do Convento de Jesus” – Abertura de concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Penso que ao longo deste mandato a Câmara fez um grande esforço na regeneração e reabilitação do espaço que envolve o Convento de Jesus, um dos maiores patrimónios construídos na cidade e no concelho. A solução que existe atualmente no terreno, nomeadamente na praça frontal ao convento, de facto está degradada, e tal como está não é do agrado de ninguém. A intervenção preconizada para o tardo, para a zona norte onde existe atualmente o estacionamento, não traz a ninguém qualquer tipo de problema, porque tudo o que se fizer lá é muito melhor do que aquilo que está. Do que se percebe no projeto e do que estive a ver concordo no geral. A questão, e isso é que é muito importante, porque sabendo da importância daquele espaço para a cidade como para aquela praça frontal, isto ter sido objeto de uma discussão em vez de se chegar à reunião e dizer “temos aqui um projeto”. Independentemente de estar muito bem feito, ou muito mal feito, porque sinceramente e das peças que vi não consegui perceber muito bem, mas deveria ter sido um projeto bem discutido com a cidade e os cidadãos, mas também com os vereadores eleitos. Concorro com a abertura deste concurso e com o que se vai fazer no tardo, na zona norte, mas não sei se concordo com o que está proposto para a parte frontal. Independentemente de até todos nós, os onze, gostarmos ou não daquele projeto acho que a cidade devia de facto ter sido auscultada. Seria muito importante percebermos todos, o que é que ali vai aparecer, independentemente depois da decisão que com certeza seria tomada, mas seria de uma forma diferente e importante para a cidade.

Vou-me abster e disse exatamente porquê, por isso, e não venham dizer que não quero investimentos para a cidade, como às vezes acontece. Por favor não digam isso, porque não é isso que estou a dizer. Digo isto à comunicação social também, porque ainda há pouco tempo disseram que eu era contra um investimento do Continente/Bom Dia. Nunca disse isso, basta ver as atas, mas aqui é a mesma coisa, não sou contra isto, pelo contrário, acho muito bem e até elogiei de alguma maneira a nossa intervenção coletiva no Convento de Jesus. Quando a solução aqui vier já não serei vereador, mas peço que a solução seja do agrado de todos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Penso que o Sr. Vereador tem alguma razão, mas as circunstâncias determinam que as coisas sejam feitas de uma forma, ou de outra, em função das possibilidades e do tempo, etc... O que aconteceu em relação à envolvente é que havia um projeto muito antigo e que, entretanto, foi abandonado, visto que a cidade tem coisas que não tinha na altura em que o projeto foi feito. O Museu de Arte Moderna e outras coisas estavam previstas para aquela zona e eram mais caras que a redução do convento, mas decidimos focar todo o esforço na sua recuperação. Estamos a concorrer a tudo o que é possível para recuperá-lo. Tivemos uma 1.ª fase, esta é a 2.ª fase, vai ter de haver uma 3.ª, e talvez uma 4.ª fase, tendo em conta que os valores disponibilizados pelos fundos comunitários que nunca vão ao nível do investimento que levaria à requalificação integral. Já aprovámos aqui a adjudicação da obra para a recolocação das paredes do Coro Alto, da Igreja e de tudo o que é o edificado exterior do convento ficando uma grande parte das salas por resolver, salvo a Sala do Capítulo que vai ser trabalhada agora. Esta seleção de intervenções foi feita em função do dinheiro disponibilizados por fundos comunitários, senão não era possível fazer. Em relação à zona envolvente, na zona norte, é pacífico porque o que vai ser feito foi visto com a Direção Geral de Cultura, é um estacionamento de uma certa dimensão, vai haver uma zona de pomar. Vai-se tentar recuperar um pouco da história de utilização daquele terreno, sobretudo uma zona de estacionamento que apoia o convento e que apoia toda aquela zona do Montalvão e zonas adjacentes. Na praça frontal acho que ninguém gosta daquilo, com o aspeto que tem é um pouco deprimente. O Sr. Arquiteto Graça,

com quem falámos, teve umas conversas muito interessantes com a Sra. Presidente sobre esta matéria, tinha um projeto inicial que substituía a pedra que ali está por outra pedra com forma semelhante e com algumas variações. Ninguém iria entender uma coisa dessas, até porque o resultado seria semelhante ao que ali está. Ele esteve sempre de acordo e o projeto é dele, o de transformar aquela praça numa de usufruto dos setubalenses e de quem nos visita. É uma zona verde inclinada sem grande impacto com algumas árvores e zonas de estar, mas virada para realçar o convento e não para ser uma praça, sendo ela própria uma praça. É uma zona amigável que dá para contemplação e para estar sentado, ficando ali uma zona muito interessante, muito fresca, o que habitualmente qualifica a relação das pessoas com o convento. Foi este o caminho que se adotou.

Em termos de volumetria vai-se elevar a praça e vai ter acesso direto das pessoas, há de ter outra solução que não aquela pedreira cheia de grafites. Aquilo hoje é considerado um dos maiores *skates parks* nos mercados da Europa, é conhecido por isso, portanto, o objetivo foi tornar aquela praça numa zona amigável, de usufruto e de sensibilidade dentro da cidade. Foi a opção que se tomou, o arquiteto foi por esse caminho em linha com uma sugestão da Sra. Presidente e ele depois apresentou o projeto. É nesse caminho que estamos. O que hoje é proposto é uma solução deste tipo e não manter aquela lógica da praça de pedra. Ainda se pensou que aquilo podia ser um terreiro, mas temos a experiência do Largo José Afonso e aquilo não funciona muito bem. Entre as várias hipóteses optou-se por isto, portanto, é a nossa convicção que esta solução pode ser muito interessante e qualificadora. O Sr. Arquiteto tentou fazer o enquadramento adequado do convento a partir da praça. Não sou arquiteto e não percebo mais do que isso, mas gosto da ideia, é interessante.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Obrigado pelas explicações, são interessantes, e nem sequer ponho em causa o projeto. Não consegui perceber isto que Sr. Vereador Carlos Rabaçal disse, pelas plantas, nem que a solução fosse uma coisa dessas sequer. Teria sido importante pelo menos ver isto em 3D.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Pensámos e iniciámos um concurso nacional de ideias em articulação com a Ordem dos Arquitetos. Quando veio a resposta dos fundos comunitários definidos era impossível concorrer ao concurso de ideias, pois para a Ordem era preciso doze meses para organizar isto e a seguir tínhamos o procedimento concursal para o projeto que ganhasse. Era impraticável, portanto. As circunstâncias determinaram que escolhêssemos outro caminho e recorreremos ao Sr. Arquiteto projetista do convento para resolvermos isto.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Quando há pouco o Sr. Vereador Carlos Rabaçal falou de uma intervenção para tardoz da zona de estacionamento só espero que sejam laranjeiras a colocar-se lá para se tornar ao que era.

Sra. Presidente – Ia dizer exatamente esta última parte que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal colocou, e quando há tempo para os prazos, com alguma serenidade, costumamos pôr a discussão. Foi exatamente o que aconteceu com a biblioteca e com o Terminal 7. Ambos tiveram discussão pública, concurso de ideias e tiveram apresentação no Quartel do 11 que esteve cheio. Isto para que assim que abrissem as candidaturas os processos estavam feitos e discutidos. O que não aconteceu agora. O projeto do Convento de Jesus da 2.ª fase e outros, por exemplo, o do Jardim das Energias ficou vazio. Tivemos de “ir a correr” fazer o ajuste direto, porque senão perdíamos 400 e tal mil euros. Vamos requalificar as escarpas e aquelas coisas velhas, e fica ali um jardim muito bonito. Tivemos de fazer por adjudicação direta, porque não havia tempo. Também o do “Grito do Povo” ficou deserto e tivemos de adjudicar também à pressa, porque senão perdíamos a candidatura. No Convento de Jesus tínhamos 2 milhões e tal para fazer o resto da reabilitação dentro das salas e a parte de fora. Na discussão na Área Metropolitana de Lisboa, decidiram dar-nos só 1 milhão e tal para a candidatura dos claustros e de algumas salas. Mas é agora a 2.ª fase e já está adjudicada, essa obra está a começar a todo o tempo e depois abriu-se mais esta janela de oportunidade



para a envolvente e nós lá fomos a correr. Havia também um projeto em carteira e que era este que o Sr. Vereador dizia, um projeto que estava cá na casa já há muito tempo para substituir a pedra por pedra. Recusei e também ninguém entenderia que se fizesse isso. Não se pode pôr os munícipes a pagar pedra para substituir pedra. Isto tem que ser a coisa mais simples do mundo, pôr relva e alguns arbustos para não tapar a entrada e as duas portas da igreja. Têm de ser árvores que não cresçam muito, mais para fazerem só uma espécie de muro e para se utilizar relva. É também para colocar o pelourinho no centro e ser uma zona de bancos para as pessoas descansarem. Isto foi bem acolhido pelo arquiteto e aproveitamos para fazer a parte de trás naquele estacionamento que está uma lástima. Quando chove é só lama e quando está seco é uma grande poeirada, e que, inclusivamente, entra para as casas dos moradores. Resolvemos de repente, mas por estas razões.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS

20. Deliberação n.º 268/17 – Proposta n.º 21/2017 – DOM/SMHAB – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” – Protocolo de cedência de sala autónoma com a área de 9 m2, sita na Rua João Augusto Rosa, n.º 7 – Manteigada

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 269/17 – Proposta n.º 22/2017 – DOM/SMHAB – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” – Protocolo com a Associação Circuito Explosivo para apoio à implementação de estúdio de som e vídeo na Bela Vista

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 e 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 270/17 – Proposta n.º 62/2017 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar n.º 1/17 – DAFRH/DIRH-CM, contra Cláudia Marinela Nunes dos Santos

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos SIM e 3 votos NÃO.

23. Deliberação n.º 271/17 – Proposta n.º 111/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 272/17 – Proposta n.º 112/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Derivastatus – Associação pela coorganização do Eurovision Live Concert e do Arrábida Camp 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 273/17 – Proposta n.º 113/2017 – DCED/DICUL/GAJUVE – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Voluntir Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 60 e 61, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 274/17 – Proposta n.º 114/2017 – DCED/SMBM – Doação – Museus Municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sra. Lídia Maria Rodrigues – Resido nas Manteigadas e venho em representação de um grupo de pessoas para colocar um assunto para que possa ser clarificado e discutido cabalmente. Trata-se de um pedido efetuado pela população, de acordo com um abaixo-assinado apresentado na junta de freguesia, penso que no início do ano corrente. Embora este assunto já tivesse vindo a ser tratado por outras vias anteriormente, foi entregue um conjunto de assinaturas com a seguinte petição: há um conjunto de pinheiros que estão colocados na Feira de Sant'Iago, junto da vedação que fazem fronteira com as casas da cooperativa de habitação. Esses atingiram uma altura considerável, cerca de 7 ou 8 metros e produzem um detrito do tipo de pólen viscoso e que não permite que a população residente mantenha as suas janelas abertas, nem de verão e nem de inverno. Além disso há agulhas que vão caindo e criando lixo no chão que não é limpo com regularidade, uma vez que fica junto às habitações e também dentro do próprio recinto da feira. A pretensão dos moradores desta zona é que os pinheiros sejam abatidos uma vez que existem pessoas a residir naquele bairro e muitas têm já idades avançadas e alergias ao pólen. Colocámos a questão à junta de freguesia que a encaminhou para a Câmara. Inclusivamente tivemos uma reunião com o Sr. Vereador do Ambiente, que está ausente por baixa. Dessa reunião ficámos com a ideia de que o problema ia ser resolvido, pelo menos assim disse-o o Sr. Vereador Manuel Pisco, e também que já havia uma orçamentação para o assunto. Depois ligou a Sra. Dra. Cristina a dizer que teria havido uma reconsideração sobre o assunto e que as árvores não iriam de forma alguma ser abatidas. A 7 de junho recebemos da junta de freguesia uma comunicação em que nos fazem cópia de um *mail* recebido da Câmara Municipal, em que dizia o seguinte: *"Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, em resposta à participação do munícipe sobre o assunto em referência, que será, portanto, o abate das árvores, informamos que de acordo com as indicações prestadas pelos serviços e que não havendo justificações técnicas, nomeadamente problemas mecânicos nas árvores ou risco de queda, as mesmas*

não serão abatidas, pelo que se indefere o pedido". Questões mecânicas ou técnicas não são com certeza, embora possamos considerar que as árvores não estão a 5 metros das habitações e que em caso de incêndio poderão danificar seriamente as habitações. Depois, perguntamos se a saúde das pessoas e dos cidadãos não é importante para a Câmara e para os Srs. Vereadores. Sabemos que há outros locais da cidade onde as árvores foram abatidas e onde aparentemente também não haveria problemas técnicos, pelo menos à vista desarmada. Solicitamos esclarecimentos da diferença de critérios, sendo que este assunto é diferido, mas depois e de repente é indeferido outra vez.

Sra. Carina Marlene – Estou há 10 anos à espera de uma casa. No Serviço de Habitação não me deixavam subir e nem falar com ninguém. Neste momento estou numa casa com a minha família e tenho até ao final do mês para sair de lá. O aluguer da casa custa 232 euros e assim irei para a rua. O Sr. Vereador sabe disto e até agora não foi até à minha casa para ver as condições. Até dia 31 deste mês se não sair dali serei despejada à força com o meu marido e dois filhos. É triste não se poder ajudar um ser humano. Sou portuguesa, mas há pessoas que vêm de longe e têm mais sorte. Não venham dizer que não há casas porque há, muitas estão fechadas. Vou ser despejada e a Associação de Proprietários disse-me que devia ter lá pago as rendas, mas confiei na proprietária que não me passou todos os recibos e gastou o dinheiro todo que lhe dei. É uma situação complicada pelo que solicito a ajuda da Câmara pois já não sei o que fazer.

Sr. Mário Mascarenhas – Estou aqui porque sou residente na Travessa da Saboaria. Há vários anos que os moradores se queixam, porque é triste ver a nossa cidade evoluir nuns pontos e ser esquecida noutros. Neste momento vou à janela e tenho um parque de caravanas. Trabalho na AutoEuropa e tenho muitos colegas que vêm e elogiam a cidade, porque é muito bonita, mas é triste ver ali estas caravanas. Sei que existe um parque de caravanas junto à Gávea, mas entendo que as pessoas também não queiram pagar, porque ali estão de borla. Tenho filhos e ali vê-se pessoas a urinar, é triste. Há pessoas que são educadas e asseadas e que não deixam lixo, mas outras não. Nós pagamos os nossos impostos e temos direitos, não aguentamos mais ver aquilo assim. Sei que o terreno é particular, mas o proprietário tinha até ao dia 11 para tomar uma medida. Um dos lotes está vedado e geralmente até é limpo, mas este ano ainda não foi. Já houve um incêndio há coisa de dois anos, porque o mato vai crescendo. O condomínio do meu prédio já apresentou aqui uma queixa e neste momento estamos mesmo necessitados de ajuda da Câmara, porque já houve várias situações. Já houve polícia envolvida e a resposta que dão é que não podem intervir, porque é um terreno particular. Já há duas queixas em meu nome e no total são cerca de dez.

Não podem fechar a rua caso se realize ali um evento, pelo menos deixem uma parte aberta porque temos as nossas vidas e compras para levar para casa, ou então que seja permitida a circulação aos moradores. É triste pôr de véspera um carro a um quilómetro de casa para que possa sair. Dou um exemplo, há uns tempos a minha filha teve um desmaio e precisei de chamar o INEM, imagine-se que isto acontece num dia em que eu tenha de que sair de casa e não tenha alternativas...

Sra. Ana Teixeira – Estou a viver numa barraca e tenho três filhos. As técnicas foram verificar isto e não conseguiram nada, alegando não haver casas. Há duas semanas deram uma casa de quatro assoalhadas a uma angolana que nem sequer papéis tinha. Nem sequer é portuguesa. Vim explicar os motivos que tenho e para mostrar fotografias da situação em que vivo, sendo que sou portuguesa tal como os meus filhos. A casa não tem condições e além disso não é um local para as crianças crescerem pois há muito alcoólicos por ali e nem as deixo ir à rua. As crianças também já estão a ter problemas de saúde por causa do estado da casa.



Sr. Nuno Vasques – Venho cá por causa do que está a ser realizado nas traseiras da Rua Adelaide Maria Rosado Pinto, nos números 1 e 3, na Urbisado, pois pelo que vi está projetada uma estrada que dista 30 centímetros, ou seja, um palmo e meio, do prédio onde vivo. Esta é a nossa grande preocupação, e independentemente da utilidade da via em si, é a distância do prédio à via. Independentemente dos limites legais, que não sei quais são pois não consegui obter essa informação, mas parece injustificável uma via tão perto de um prédio que já é altamente fustigado pelo ruído da Avenida da Europa. Os n.ºs 1 e 3 são os prédios mais perto da avenida e mais uma via a passar num espaço tão estreito parece-nos desajustado. Se decidirem fazê-lo, pedimos a devida distância para salvaguardar estas pessoas.

Sr. Jorge Preto – Venho como delegado dos moradores da Rua Fernão Lopes. As pessoas também delegaram isto em mim, porque sou deputado na Assembleia de Freguesia de São Sebastião. Há um empreendimento novo que foi feito na Praça da Independência e o que reparámos foi o que quem está a fazer isso entende que tem também a autoridade para mudar toda a sinalização daquela rua. Foi isso que aconteceu a semana passada, de repente deparámo-nos com um sinal de sentido proibido que obrigava a que as pessoas que quisessem estacionar junto do prédio onde resido, o n.º 14, se tivessem de se deslocar até à primeira rotunda da Praça da Independência e depois para cima para passar pela estação de serviço e reparação de automóveis da Feu Vert, por trás, para ter acesso aos nossos estacionamento. Entendemos que a situação não estava correta, tentámos perceber quem é que estava a fazer esta nova sinalização e percebemos que não eram pessoas avalisadas para o fazer. Na altura enviei um *email* para o Departamento de Obras e também para a Sra. Presidente. Como ia estar fora, de férias, soube que no dia seguinte foram lá e retiraram os sinais, mas, entretanto, pus a circular um abaixo-assinado que trago e que vou fazer entrega. Acontece que nunca tivemos problemas ali e agora vem esta urbanização achar que nuns casos haja dois sentidos e que obrigue a quem ali mora a usar um só sentido. Pedimos a atenção dos serviços para que vão verificar o que se ali passa, estranhámos muito que sejam as empresas privadas a colocar sinalização de trânsito nas ruas da cidade. Tiraram a sinalização anterior quanto à prioridade. Quem se aproximar da Avenida do Alentejo não tem esta indicação, logo, se houver um acidente, pergunto como é que vai ser.

Sra. Susana Filipe – Estou inscrita para uma habitação social há 15 anos. No ano passado disseram-me para fazer uma nova inscrição e voltei à estaca zero. É revoltante ver que veio uma senhora de Angola há cerca de um mês, já lhe deram casa de quatro assoalhadas na Avenida das Palmeiras e ela nem sequer tem documentos. Como é que ela conseguiu entrar na Câmara apenas com um passaporte? Somos uma família portuguesa e não o conseguimos. Estive na Quinta da Parvoíce, mas optei por sair dali devido aos problemas de alcoolismo dos residentes, entre outros, pelo que estou numa casa onde a renda é de 250 euros por mês, o que é incomportável. Se esta senhora angolana recebeu a casa isso não foi pelos meios usuais em que nos chamam para fazer entrevistas. Ela fez a inscrição em maio e em julho já recebeu a casa, sendo que ela tem casa e família em Angola.

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 63.

Sra. Presidente – A Sra. Lidia tem toda a razão. Quando começámos a fazer ali a feira começaram os problemas por causa do som. Andámos à procura de soluções como as que há nas autoestradas, para se fazer a proteção do som para as pessoas que ali moram, mas, entretanto, disseram-nos que as árvores faziam o mesmo efeito e que tinham um outro aspeto ambiental. Colocaram as árvores da pior espécie, o problema está nisso. As árvores começaram a crescer e iam detritos para os terraços entupindo algerozes, etc... Já fizemos lá uma reunião em relação a isso e já foi decidido tirar as árvores. Não percebo o que é que se passou nos serviços. Só lhe peço que deixe passar a feira, porque não podemos pôr ali agora máquinas a tirar aquilo. É da minha responsabilidade que, a seguir à feira, iremos ver uma

5

vegetação ou outra solução para resolver aquele problema, porque, de facto, há muitas pessoas com alguma idade que não têm já forças para limpar os algerozes e o pó que vai para dentro de casa, designadamente em casos de alergias. Temos de deixar passar o verão e em setembro ou outubro começamos a fazer o que decidirmos convosco.

Sra. Lídia Maria Rodrigues – Agradecemos esta resposta, porque começámos a ficar um pouco desesperados, a entender que a Câmara ou ninguém nos ouvia e que o problema não tinha nenhuma tendência natural de melhorar, só a piorar. Aquilo não passa por poda, como já deverá ter-se apercebido, quanto mais se podam mais crescem e têm uma força brutal. Folgo em ouvir dizer perante esta assembleia que o problema vai ser resolvido e que as aquelas árvores vão ser cortadas. Aquilo não é uma solução, mas um problema, e mesmo a questão de corte ao ruído não se verifica, porque a folhagem está muito acima. A feira são apenas 15 dias por ano e do que eu me recorde nunca ninguém nas Manteigadas se queixou de a ter ali, todos nós temos muito prazer em ter ali a Feira de Sant'Iago.

Sra. Presidente – Quanto à Sras. Carina Marlene, Ana Teixeira e Conceição Filipe será o Sr. Vereador Carlos Rabaçal a dar a resposta. Já falaram com ele em devido tempo e ele irá dizer a mesma coisa. Portanto, não podemos passar a vida a dar a mesma resposta. Vocês falam com o vereador, falam com o técnico e não é por virem aqui que a coisa se resolve, que temos casas aqui na reunião de câmara. O Sr. Vereador irá explicar o que já explicou várias vezes e para que fique registado na ata.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – De facto não recebi as senhoras todas, mas já recebi a Sra. Marlene mais do que uma vez. Ela até já veio aqui à reunião de Câmara, é sistematicamente recebida pelos técnicos e depois diz que ninguém a atende, etc... A Sra. Carina Marlene faz parte de um grupo de pessoas que pedem habitação à câmara e que entendem que é por insistir e insistir que é mais fácil ter casa. Não é verdade isto, há critérios para atribuição e já vou falar disso a propósito do que foi dito a seguir. O caso desta senhora é bastante conhecido e se há um desenvolvimento recente fica registado. Temos agora muita gente por causa de despejos pelo que a sua situação não é a única. Temos neste momento, 500 pessoas sem ter casa e não é verdade que tenhamos casas vazias. Temos uma notificação que há necessidade urgente de casas, mas não as temos. Aprovámos na última reunião de câmara e na última sessão da Assembleia Municipal o regulamento de acesso à habitação. Isso faz com que se torne público a posição de cada um, em termos lista de acesso, e vai ser publicado. Cada um fica a saber e não é preciso vir aqui à reunião porque terá a tabela.

Sempre que muda a situação da pessoa, seja financeira, familiar ou habitacional, tem o direito de colocar a questão e nós registamos, avaliamos e vemos se a posição mudou, ou não. É assim até haver uma casa disponível. Há pessoas como a Sra. Marlene que dizem que há casas vazias e que a Câmara não as atribui. Sempre que há uma casa vaga entregamo-la logo, senão é ocupada por alguém. As casas vazias que há são de proprietários, são donos, ausentam-se e ninguém tem nada a ver com isso. No Bairro Amarelo mais de metade das casas já são de proprietários, no 25 de Abril são vinte e tal por cento e no 2 de Abril são mais de 80% etc... Portanto, se há uma casa vazia de um proprietário é natural que qualquer um se ausente quando quer e entende. Há situações de casas que estão pontualmente vazias, por exemplo, porque a pessoa está presa, mas paga a renda. O castigo da pessoa é a prisão e não perder a casa. Também há pessoas idosas que estão num lar a ver se se adaptam ou não, ou então estão a ser feitas obras para que a pessoa possa entrar. Outros estão ausentes, no estrangeiro ou no país e a trabalhar com a autorização da Câmara, por períodos de 6 meses e de acordo com a lei. São regras normais da habitação, já o disse "n" vezes, mas há sempre alguém que diz que há ali uma casa vazia. Das centenas de casas vazias que alguém descobriu identificámos duas casas que não sabíamos o que se passava. Foi bom porque ficámos a saber, mas a situação é esta. Portanto, tem de aguardar e ter calma porque vamos avaliar a situação de despejo, e tem de juntar a sua situação às outras dezenas de

{

situações que temos. Vamos avaliar a sua situação, de que tomámos nota, e vamos avaliar a situação em termos de andamento, e com esta nota, pode não aparecer nenhuma casa disponível por uma semana, um ano, ou dez anos. Só são entregues a alguém de novo quando são devolutas. Este ano tivemos 30 casas e é essa a média, porque as pessoas não estão a sair. Tendo quinhentos casos prioritários é só fazer as contas a quantos anos é que se vai dar resposta a este problema. Isso ultrapassa a Câmara cuja função é gerir as casas que tem.

Quanto às outras duas senhoras são casos similares. Uma vive na Quinta da Parvoíce e a outra na Quinta de Santo António. A Quinta da Parvoíce é um caso para debater com o IHRU e resolver-se tal como aconteceu com a questão da Mecânica Setubalense.

Com a Segurança Social foi possível resolver o problema com maior celeridade, mas no caso da Quinta da Parvoíce o IHRU avançou e depois recuou. Isto está a ser acompanhado pelo Sr. Vereador Pedro Pina e o IHRU não explicou a situação, mas é preciso demolir aquilo e resolver o problema das pessoas que lá vivem. O terreno é do IHRU e todos sabem isto perfeitamente. Temos que adotar uma solução e não vamos alojar estas pessoas como fizemos em tempos, pois sempre que sai uma pessoa entra outra e aquilo nunca mais acaba. Nem nós podemos demolir uma casa que está no terreno do IHRU, portanto, o processo não tem fim. A única solução é global, as pessoas saírem todas e demolir-se aquilo. Vamos ter que retomar isto a breve prazo, porque é urgente resolver as coisas.

Colocaram ainda outro problema, o da senhora angolana. Esse processo chamei a mim, porque penso que algo ali não correu bem, a senhora deu informações falsas e amanhã vou recebê-la. Foi atribuída a casa por despacho. Ela não está na casa e não vai estar até isto estar esclarecido, e muito menos fará contrato. É um caso em que podemos ter sido enganados, portanto, é esclarecer isto e resolver a questão, mas isto é um caso entre muitos outros. Em oito anos atribuímos 500 casas, mais ou menos, e fomos enganados só duas vezes e talvez esta possa ser a terceira. Fomos enganados, mas corrigimos. As pessoas em desespero fazem coisas com uma qualidade espantosa em termos de engano. Vou reunir com a senhora e como tenho os vossos contactos depois direi o resultado, têm o direito de saber por dever de transparência do Município o que se passou nesse caso.

Sra. Presidente – Em relação ao Sr. Nuno Vasques já cá recebemos o abaixo-assinado e estamos a ver isso. Houve várias pessoas que já chamaram a atenção para este problema e os serviços de urbanismo que aprovaram o projeto têm que estar em cima disto, assim como a fiscalização. Irão ver a conformidade do projeto com aquilo que estão a fazer.

Relativamente ao Sr. Mário Mascarenhas nem tudo é “triste, triste e triste”, a nossa cidade está muito bonita e isso só o disse uma vez. Ainda bem que traz os seus amigos e eles dizem que a cidade está melhor. Aquilo, de facto, não é triste, mas sim muito grave. Já fizemos queixa à Polícia, já fomos com a nossa fiscalização e já obrigámos a vedar os terrenos que são de dois proprietários diferentes. Houve um proprietário que imediatamente fechou aquilo e já pedimos para ele ir lá limpar aquelas estevas, ele tem sido impecável e tem estado a cumprir o que pedimos. Quanto ao outro não, por isso vamos fazer-lhe um processo, mas é de nos queixarmos a quem? O terreno é dele e está a levar dinheiro às pessoas que precisam de água, mas estas não são parvas e sabem onde estão. Nos primeiros tempos não lhes cobravam nada e deixaram-se ali estar, e como era um terreno privado não podíamos fazer nada. Depois começou a cobrar-lhes ao dia e os indivíduos das caravanas, como não têm condições nenhuma, vem até nós com um recibo na mão. Temos os papéis e estamos a fazer queixa contra essa pessoa. Já avisámos a PSP que respondeu que só podem atuar se apanharem alguém em flagrante delito em atitudes menos próprias do ponto de vista da moral. A partir de 1 de agosto o nosso parque está pronto e a funcionar para as caravanas entrarem. Faltam apenas uns dias para dizermos que está aqui a informação, que o Parque de Campismo do Outão está a funcionar. Agradecemos às pessoas que moram em frente que também ajudem a pressionar, ou pelo menos chamar a Polícia. Se apresentarem queixa não pagam nada, só se forem a Tribunal e perder a ação é que têm de pagar, custas do processo.

4

A solução passava pela vedação do terreno, mas ele não veda porque está a ganhar com isto.

Sr. Vereador Pedro Pina – A prova a que se refere é o Triatlo Longo e o que estou a dizer é que há sempre um corredor de segurança. Por exemplo, no que está a dizer, a Avenida José Mourinho era o corredor de segurança no acesso à Saboaria e posso garantir-lhe que não estava fechado. Nos pontos de segurança o CODU é acionado em articulação com a PSP. Vamos imaginar que há uma pessoa que está a ter um enfarte na Saboaria, com certeza que há um corredor de segurança nesta situação de emergência. Tem razão numa coisa, há constrangimento e é um facto se estamos a falar de quatro ou cinco eventos que condicionam o trânsito, mas tentamos tanto quanto possível informar o máximo possível. Nunca é um dia inteiro, mas um período que normalmente se circunscreve a uma manhã e que varia entre as 07h00 ou as 08h00 e o trânsito fica totalmente condicionado em termos de circulação normal durante duas a três horas. É disso que estamos a falar.

O que lhe posso garantir objetivamente é que qualquer situação de urgência é garantida em qualquer das provas que foram realizadas, quer no quadro da Cidade Europeia do Desporto, quer já durante o ano de 2017, em particular na meia-maratona, que como sabe passa à sua porta. Portanto, até tem a possibilidade de ser um espectador privilegiado, assim como o Sr. Vereador Paulo Lopes, como agora na Volta a Portugal em Bicicleta, que desta vez acontece durante o período da tarde. O que lhe posso deixar, pedindo desculpa pelo constrangimento que causa sempre, é que fica condicionado, mas fica sempre salvaguardado um corredor de emergência para qualquer situação que seja solicitada, um carro de bombeiros ou uma ambulância do INEM numa situação de emergência. Obviamente que as pessoas que têm a sua área de residência perto do percurso da prova estão devidamente informadas e até costumamos dizer na informação que pedimos desculpa pelo constrangimento, mas não temos alternativa. Tentamos sempre garantir e tivemos vários exemplos já este ano. Tivemos, a título de exemplo, o triatlo que foi uma prova mais longa em termos de tempo e tentámos sempre garantir que à medida que os vários percursos foram sendo realizados, assim como na meia-maratona, fôssemos automaticamente desbloqueando a própria Avenida Luísa Todi. Sempre que é possível fazer uma circulação alternativa ao evento é feita, agora para nós a questão fundamental é que qualquer situação de emergência é sempre garantida, designadamente em articulação com as forças de segurança, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

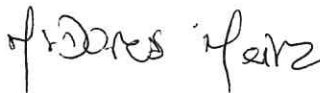
Sra. Presidente – Em relação ao Sr. Jorge Preto já dei despacho para os serviços irem ver isto com toda a urgência.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e doze minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 23 de agosto de 2017, por unanimidade, contém 23 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro